



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 7 DE MAIO DE 2019

Ao sétimo dia do mês de maio do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo**, achando-se presentes os vereadores, senhores, **Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva**, **Victor de Oliveira Ferraz**, **Rogério Pires Rodrigues Neto**, **Sara Luísa Ascensão Marques Carvela Serra** e **Cláudia Cristina Dias Guedelha**. -----

Não participou a senhora vice-presidente **Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis** que, conforme documento apresentado, se encontra em gozo de férias e cuja falta a câmara deliberou, por **unanimidade**, considerar justificada.-----

Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, **Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha**.-----

Declarada aberta a reunião pelo senhor presidente, pelas nove horas e trinta minutos, deu a Câmara início à:-----

### = AUDIÇÃO DO PÚBLICO =

O senhor presidente saudou os presentes e convidou o público a inscrever-se a fim de participar na reunião. -----

– Norberto José Correia Cabrita de Melo - O munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: "Bom dia a todos, é assim, o que me traz aqui, pronto, no dia dezanove de abril do ano passado, ali na estrada da Galé, a minha esposa teve um acidente com o meu carro, não é? Ali entre a Quinta da Saudade e o Museu dos Salgados e não estava nada sinalizado, pronto. O que aconteceu, pronto, ela vinha do lado de Pêra, bate com o carro lá, ia-se despistando, está um sinal na frente, está uma paragem de autocarros aí na zona também, não estava nada sinalizado, um buraco enorme. Eu estava a trabalhar, pronto, trabalho ali na Galé, na São Domingos, na doçaria, como muitas pessoas que estão aqui me conhecem, saio do trabalho, chamo a GNR, aquilo foi um aparato assim um bocado estranho. Entretanto dei início ao processo para se resolver o problema, toda a documentação que me foi pedida por parte aqui da câmara, eu apresentei toda, pronto, apresentei tudo, fiz tudo de acordo com o que me pediram. Tudo o que me pediram eu entreguei, entretanto mandam-me para o seguro, começo a perceber que estou a ser enrolado pelo seguro, faço inúmeras chamadas para o seguro e eles nem sequer a peritagem me marcam para resolver o problema, venho várias vezes aqui à câmara, ao Contencioso lá em cima, a pedir ajuda porque estava a perceber que as coisas não iam

correr bem e que o seguro estava-se a furtar às responsabilidades dele, não é? Daqui levei uma mão cheia de nada, mandaram dizer que não podemos fazer nada, isso é com o seguro, é com o seguro, mas atenção que isto vai correr mal. A câmara manda o processo para o seguro e o seguro não está fazendo nada, inclusive nem a peritagem me marca ao carro, é de salientar que essa peritagem foi feita três meses depois do acidente e com muita insistência minha e muitos telefonemas e por aí fora. Foi feita a peritagem de uma forma hostil onde é que o perito alega que nem sequer viu o buraco, ainda hoje se lá passarmos está lá o buraco para toda a gente ver, não é. Inclusive eu tive que ir às Ferreiras ter com o perito, não foi o perito que veio ter comigo, eu tive que ir andar à procura do perito para me encontrar com ele. Foi um processo estranho, depois a situação não se resolvia, eu continuei a pressionar o seguro, queria a situação resolvida e queria uma decisão da parte do seguro para que isto se resolvesse. Ao fim de meses venho a descobrir que o perito diz que eu não mandei qualquer documentação fotográfica para o seguro, é mentira, posso comprovar, isto está nos serviços, toda a documentação, as fotografias, as chamadas que eu fiz para o perito, pronto, um rol de mentiras, peço desculpa pelo termo. Volto novamente à câmara, porque para mim, pronto, a responsabilidade é da câmara e deveria haver uma sinalização lá, havia de cuidar das próprias pessoas, volto novamente à câmara várias vezes e levo a mão cheia de nada, não consigo resolver o problema. É assim, para mim é uma questão de dignidade própria, é assim, toda a gente sabe que me conhece, sabe que eu não sou de conflitos, mas é assim, o meu filho ia dentro do carro, a minha esposa despistou-se, foi parar ao outro lado da estrada, tive uns grandes danos no carro e aquilo não estava sinalizado, quer dizer, se acontecesse algo bem pior, o que é que nós estávamos aqui a discutir neste momento? Não sei. Depois, é assim, eu vejo, eu olho para a câmara como pessoas de bem, como pessoas responsáveis, como pessoas que pronto, resolvem as coisas. Não consigo compreender porque é que chegamos a este ponto e na ausência de respostas, nas inúmeras vezes que vim cá sem qualquer solução para o problema, é assim, estou aqui para que alguém me possa ajudar e para pormos aqui um ponto final nesta situação, para mim é uma questão de dignidade, acho que não se admite chegarmos a este ponto da situação. Por outro lado a situação do seguro é assim, não resolveu nada, mandou uma carta a dizer que não se responsabilizava, não viu nada, é assim, chegou à oficina ao fim de três meses o senhor da oficina já não tinha lá as peças, como é lógico, não é? Quer dizer, existem vários interessados: sou eu, é a câmara, em resolver a situação, quer dizer, como é que se arrasta três meses, três meses a situação para fazer uma peritagem e como é que eu chego aqui à câmara várias



*vezes, pelo menos três vezes vim cá falar lá em cima a pedir ajuda e a dizer que a situação estava a ser enrolada e uma parte da câmara que é interessada na resolução do problema, ninguém fez nada, não compreendo, há muita coisa que não consigo compreender. Por outro lado isto arrasta-se e já passou um ano e não vejo solução, por isso estou aqui, gostava de saber a opinião das pessoas presentes perante a situação e gostava de, na qualidade do senhor presidente, pronto, para mim é o órgão máximo da câmara, pronto, ver se me pode ajudar com esta situação, porque as vezes que eu vim cá nada foi feito. Toda a documentação, tudo o que eu estou dizendo, foi tudo entregue à câmara e todos os serviços têm conhecimento disto tudo. Muito obrigado e peço imensa desculpa mais uma vez."*-----

**O senhor presidente disse que a situação está a ser tratada pela senhora chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso. Afirmou depois que lhe vai perguntar o que se passa, para depois ligar logo ao município a inteira-lo do andamento do processo. Disse ainda que seria bom fazer uma reunião conjunta para ver se se chega a uma conclusão final, até porque pensava que o processo já tinha sido resolvido. Afirmou seguidamente que já percebeu que o seguro entende que não deve cobrir os danos sofridos, mas que poderá haver outras formas de resolver o problema. Defendeu ainda que tem que ser feito um parecer jurídico sobre o facto de o seguro não querer cobrir os danos, tendo também em conta a apólice que o município detém, uma vez que talvez exista a possibilidade de contestar esta posição da seguradora.**-----

**O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se o município não tinha trocado de seguradora há pouco tempo.**-----

**O senhor presidente respondeu afirmativamente, mas defendeu que esta troca não pode afetar este tipo de situações, agradeceu depois a intervenção do município e deu a palavra à pessoa seguinte.**-----

– Eduardo Pedro - O município iniciou a sua intervenção dizendo: "Tenho várias situações, tinha um entrudo, não sei se vale a pena ou não? Que é, eu sinto-me um bocado defraudado porque é a situação de nós elegermos as pessoas, confiamos nas pessoas, pessoas que ocupam cargos públicos, ficamos sempre com a ideia que estão para preservar os interesses da população, da comunidade, e depois acabo por me aperceber que não é bem assim. Aquilo que eu lhe vou falar, já falei duas vezes, eu tenho muita consideração por si, o senhor é extremamente, é uma boa pessoa, é a segunda vez, eu já não sei o que é que hei-de fazer. Até pensei: "Bom, vou-me lá pôr de joelhos." É a terceira vez que lhe venho falar precisamente das mesmas coisas, senhor

presidente. Vamos às prioridades, eu trouxe umas fotografias, vou deixar aí para documentar, tenho três vezes mais do que aquelas se for preciso mais. Uma das situações: uma passadeira que eu ainda não percebi, ali em Vale das Pedras, da EBSA, na rua de Gamito, os miúdos vêm todos ali da escola e têm até um dia, não sei se já aconteceu, se não aconteceu um dia, se morrerem ainda é como o outro, o pior é se fica paralisado para a vida toda, têm que ir por uma estrada de areia cheia de pedregulhos, eu não sei porque é que aquele individuo ainda não foi expropriado, quando é obrigatório por lei ter ali um passeio de um metro e vinte ou de um metro e quarenta. Há anos que eu pedi para ajudar um bocado para ver se havia possibilidade de haver uma passadeira no Vale das Pedras que indicasse para onde os miúdos viessem da escola, pudessem passar pelo menos para o outro passeio, porque a grande maioria deles vai ali apanhar a camioneta à rodoviária. Outra situação: os ecopontos, eu não percebo os ecopontos, as fotografias que eu tenho aqui e tenho mais algumas em casa, que é eu não consigo perceber porque é que os ecopontos são pousados em cima de passeios, o passeio é única e exclusivamente para os cidadãos, para as pessoas transitarem. Destas fotografias que eu vou deixar aí, qualquer das situações, são para aí quatro, cinco, ou seis, qualquer delas tem a possibilidade de pôr num metro e meio, por dois metros e qualquer coisa e encostar aqueles ecopontos, como têm feito em dois ou três casos para dar prioridade às pessoas. Outra coisa que eu também ainda não consegui, parece que eu sou o único aqui, ou as pessoas desistiram mesmo de falar, porque chega a uma altura em que as pessoas desistem, eu também já tinha desistido, resolvi vir agora aqui desta vez. Ali na estrada da Balaia tem uma ponte e isto são situações que eu já falei consigo várias vezes, tem ali uma ponte, suponho que passa a 125 para baixo, que é uma coisa surreal, não tem um único, um único candeeiro, não está pintado, já houve lá um acidente qualquer, aquilo para aí vinte ou trinta centímetros da proteção da ponte está dentro da estrada. Já falei isso variadíssimas vezes, "Ai isso não é connosco, é com o não sei quantos e quê", mas pronto, não sei porque é que não fazem um ofício ao não sei quê das estradas. Temos um carro abandonado há dois anos a apodrecer no estacionamento da Estação das Ferreiras, há dois anos, nesse carro já falei para aí vinte ou trinta vezes. Fui à Polícia Municipal, na mesma, cheguei ao pé da Polícia Municipal: "- Então mas como é que é? Vocês não retiram?". "- Ah, nós manda-mos isso para o vereador, o vereador diz que não tem coiso e não sei que mais. Que não se pode meter num terreno que foi dado pela câmara." Aquilo é uma freguesia que pertence aqui à comunidade, portanto não percebo qual é a situação, olhar para a gravidade, há dois anos. Aquilo até é um problema de saúde pública, falei consigo e o senhor também achou



estranho porque é que o vereador não tinha feito um ofício, não é? Para se retirar aquele carro dali. Ponto da situação, eu junto da minha casa, tenho aqui documentado, que é a CME, quero, posso e mando, mas sem cadernos de encargos, o senhor não imagina senhor presidente as vezes que há intervenções aqui nas estradas que eu passado um mês daquilo estar concluído tenho que telefonar para o Páteo, "- Então, mas isto, vocês não vêm tapar isto? Então, mas o homem não tem caderno de encargos? Então abre aqui a estrada." E "n" vezes, "n" vezes, lá vêm tapar aquilo. A CME fez uma intervenção num PT numa calçada, foi lá este sábado, não sei se foi alguém onde eu mandei revelar as fotografias, deve ter lá alguém para fazer meio metro, meses, meses, tem erva assim, para ir lá fazer quatro metros quadrados. Agora aqui uma situação que eu não consigo perceber, suponho que seja o Ecocentro, sábado passado, não é este sábado, sábado a oito, isto já tinha acontecido uma vez, em frente da "Janela de Ideias", ali na rua Manuel Teixeira Gomes, tem a rua da Eira e a rua Cândido Guerreiro, são duas transversais, uma delas vem dar ali à Escola Diamantina Negrão, tem um empreendimento branco, não sei quem é esse senhor, mas sei que é alguém, são os tais cidadãos de primeira, que eu deduzo que haja cidadãos de primeira, de segunda e até de terceira. Em tempos o pavimento com a estrada, asfalto bom, vejo as máquinas irem lá, eu não sou contra isso, então aqui a vinte metros na minha zona tenho isto tudo esburacado e eles vêm. Vim aqui a correr à câmara, "Ah senhor Pedro e tal, as máquinas estão lá e foram pôr à minha zona." Achei um bocado estranho, não é este sábado que passou, no outro sábado que é proibido por lei, apareceu um carro vassoura, um indivíduo com um soprador e outro a cortar, uma barulheira incrível, incrível, uma coisa descomunal, a limparem as ervas do senhor. Eu não tive tempo de revelar as fotografias, mas ali na praça Vitorino Nemésio, tem passeios senhor presidente, em que não conseguimos transitar por eles, sabe porquê? Porque a sebe ocupou o passeio, a sebe ocupou o passeio, o senhor vai ver na minha praça aquilo até dá dó, parece que estamos no..., é pá, impressionante o lixo que está ali, agora nem vejo lá, antigamente ainda via ali carrinhos a apanhar o lixo. E no entanto vão ao sábado fazer uma barulheira, não têm esse direito, que é ilegal, cortar as ervinhas ao senhor, deve ser alguém muito importante. Tenho uma situação que é o estacionamento dos carros da câmara, os senhores acham-se impunes, são uns irresponsáveis, não têm respeito, não têm vergonha nenhuma, eu tenho aqui fotografias escandalosas, escandalosas destes senhores. Aquele logótipo, aquele carro pertence-lhe tanto a ele como a nós, aquilo não é uma viatura pessoal, parado nas escolas, nas passadeiras das escolas, o homem deve ser, os homens devem ser anormais, eles devem de andar aí, ou então acham que são

donos disto tudo, não é? Acham que devem ser: "quero, posso e mando." Numa escola? Quando tem lá disciplinas que o senhor que foi professor e sabe muito bem que tem lá disciplinas que falam disso? Uma disciplina a falar dos sinais e da cidadania e não sei que mais, uma coisa surreal. Já falei disto, há anos que falo disto. "Ah é o senhor presidente que pode resolver." Da outra vez falei consigo, das duas vezes, estou mais uma vez, desta vez é preciso para esta malta. Aqui à frente, se eu for pôr ali o carro onde o senhor estaciona, ou algum dos vereadores, este homem sai daqui a correr, quase que me bate, sabia? Mas no entanto deixa pôr aqui os carros todos para quem tem lugares, todos aqui em cima, quando eu tenho fotografias dos velhotes a virem pela calçada, o mínimo de bom senso, mas o mínimo, tenham respeito. O meu carro estaciono-o ali, se não estacionar ali vou estacionar noutra lugar, ainda não tive nenhuma distensão muscular. Tenho uma situação, fizeram as estradas, tenho aqui como é que está, puseram um risco amarelo, o senhor vai ver porquê nas fotografias que tenho aqui, no Solar dos Vilarinhos, porque eles ponham os carros em cima dos passeios, temos lá dois idosos, tem um certo movimento. Houve um indivíduo qualquer, resolveu chegar ali e apagar metade, metade não, oitenta por cento ou noventa por cento do risco amarelo, enquanto esteve lá o risco, chamamos lá a guarda e eu disse: - "Vamos lá, primeiro lugar ali, depois ali, ali atrás, vai lá força." Porque eles estão todos ali em frente a casa. Há um ano ou mais fui falar com o professor Borges, extremamente simpático senhor: "Você quer alguma coisa? É pá vamos lá pintar, vamos lá pintar." Os outros? Nem sequer lá foram pintar aquilo, andaram a pintar ali por todo o lado. Tenho outro que fizeram a estrada, esplêndida, e o Montechoro, em frente ao Júlio Dinis tem uma pracetazita e teve que se pôr ali uns pinos porque os carros estacionavam ali em cima. E antes de ir para lá a estrada tinha um risco amarelo, o que é que tinha esse risco amarelo? Tinha esse risco amarelo porque os indivíduos vinham ali para os bares, vinham com os carros descarregar ali e passavam com as caixas, que eu tenho o meu e vários indivíduos, com as caixas das cervejas, refrigerantes, entre os carros, aquilo tem ali um parque de carros, passavam da estrada para ali e riscavam os carros todos. Pôs-se ali uma faixa amarela, os indivíduos vieram fazer a estrada, eu já falei não sei quantas vezes para reporem aquela faixa amarela, até hoje. Ainda não conseguimos lá pôr a faixa. Tenho aqui uma viatura que eu não sei se é a Polícia Municipal, tem aqui uma viatura, eu tenho avisado várias vezes aqui as autoridades, como é no Solar dos Vilarinhos: - "É pá atenção, pusemos lá os riscos amarelos, fiscalizem ali porque aquilo é malta que não pode andar muito." Várias vezes é outra instituição que teve para ali anos para fazer ali as coisas, vai haver um acidente porque os carros querem entrar, que



*aquilo tem para dois carros, eles põem-se em cima do passeio, põem-se em frente a um PT que uma vez tiveram que mandar rebocar o homem porque não conseguiam entrar no PT, houve dois acidentes logo nessa semana e está um carro parado no cruzamento, deixa ver se tenho o nome desta rua, tenho: Vale das Pedras com a avenida da Correeira, qual é a avenida da Correeira? É a que vem lá de baixo da rotunda das minhocas para o Vale das Pedras. Por acaso a mim aconteceu-me, a mim acontece-me tudo também, aquilo de manhã é complicado para entrar e há tempos surgiu-me uma situação em que o individuo desesperado meteu-se mesmo à minha frente, eu buzinei, tive que desviar, desviem-me para o lado, o homem fez assim em desespero: - "É pá, desculpa lá, mas eu tinha que arrancar." Aquele carro tem o risco branco, aquele carro está precisamente ali, num cruzamento em que alguém quer desviar, acontece alguma coisa e temos ali um acidente incrível. A GNR diz que não tem legalidade para aquilo, era para ir falar com a Polícia Municipal, como vim aqui aproveitei para falar com os senhores. Venda ilegal, está lá à venda o carro e não sei que mais, qualquer dia há ali um acidente, eu até tenho medo de falar nas coisas, porque sempre que falo acontece alguma coisa. Agora temos aqui uma situação gravíssima que eu já lhe falei, está toda documentada: rua das Ilhas, que é a rua que vai dar lá em baixo ao estádio e depois tem uma rua pequenina logo à direita, que é a rua Joaquim Agostinho. Por acaso esqueci-me de colocar aqui umas fotografias ao lado destas também. Aquilo tem um rebaixo." -----*

**O senhor presidente pediu que o munícipe tentasse ser um pouco mais claro e objetivo.** -----

*- Eduardo Pedro - O munícipe continuou a sua intervenção dizendo: "Aquilo nos passeios tem um rebaixo que toda a gente deve saber menos aqueles senhores, aquele rebaixo é para facilitar os carrinhos de bebé, os deficientes motores, os idosos, pois eles acham que aquilo é uma rampa, na passadeira eles acham que aquilo é uma rampa para estacionar os carros. Estou farto de falar nisso, tento a GNR, como vim aqui, a situação para resolver aquilo de uma vez por todas, porque eu tenho fotografias dos lugares todos vagos a dez, vinte e já não falo dos sessenta metros cá em baixo que tem para aí cem ou duzentos lugares, não é? Ponham-se ali pinos porque é a única forma daqueles indivíduos desocuparem aquele espaço, porque ninguém consegue sequer entrar nas passadeiras. Penso que é tudo e se houver alguma situação urgente com a GNR diz que vamos entrar em guerra com aquela malta, vamos começar a bloquear aquela gentinha toda e eu sei que o coronel, agora não sei o nome, que esteve aqui interino de Loulé, uma vez nos comunicou por causa disso, veio aqui à câmara falar sobre isso, entrou a cem, saiu a duzentos. Outra situação que me faz muita espécie, nós*

temos várias formas de resolver as coisas, eu vou-lhe dizer uma coisa mediante a minha experiência: é a impressão que faz à GNR de ter aqui nos sem-abrigo, para multas que a câmara lhe serve, eu já expliquei àqueles senhores para resolver essa situação, porque eles não são empregados da câmara, não trabalham para a câmara, temos aqui a Polícia Municipal, que façam isso. Estes indivíduos, sabe o que é que estão ali a fazer? Senhor presidente, porque se vende droga aqui, porque se o senhor acabar aqui com os traficantes, o senhor não vê ali um único indivíduo a pedir, porque é que não vêm? Porque aqueles indivíduos tomam Metadona e o Subutex, enquanto tomam isso não têm dores nem ressacam. Se não houver traficantes aqui, uma pessoa não tem nem um indivíduo ali, nem um, se querem resolver aquilo acabem com os traficantes, façam pressão à GNR e acabe com eles. E o senhor não vai ver nem um único indivíduo ali. Aqueles indivíduos vão ali buscar dinheiro para ir para a droga, porque o Subutex e a Metadona eles dão gratuitamente, eles tomam aquilo e não têm ressaca nenhuma, podem trabalhar, podem fazer aquilo que quiserem, portanto isso era uma das coisas que lhe queria dizer. Aqui da António Aleixo, esta rua António Aleixo, eu digo-lhe, eu como cidadão, desculpe lá a palavra que eu vou usar, mas eu sinto-me um bocado envergonhado, cidade capital do turismo, eu acabei de falar aqui da droga, isto da droga é um bocado complicado para muita gente de bem, depois há aqui estes rascas desta malta que vem de férias, eu não quero que lhes falte nada aqui. Da António Aleixo nem vale a pena falar que já falo isto desde o tempo do senhor presidente, o saudoso presidente Desidério, é uma coisa inconcebível, no passeio há marcações para os carros, assim as pessoas transitam no meio da estrada, pá, que é uma coisa para se fazer há anos. Se me esqueci de alguma coisa, eu venho falar mais tarde, estou muito grato por vocês me puderem ouvir, saio mais esperançado agora do que quando entrei, não só pelo facto de falar, como sei lá, são coisas que todos nós somos diferentes e são pequenas coisas, não são coisas complicadas e envolvem a vida das pessoas aqui, a integridade física, que eu acho que se podia ter um bocado de bom senso em relação a isto. Tenho que preencher isto, não é?" -----

**O senhor presidente convidou o munícipe a entregar a documentação que achasse conveniente.** -----

– Eduardo Pedro - O munícipe continuou a sua intervenção dizendo: "Vou entregar, eu posso entregar já isto. Pronto isto são fotografias que eu como sempre deixo tudo para a última da hora e recortei por trás, são situações claras." -----

**O senhor presidente perguntou se as fotografias podiam fazer parte dos documentos da reunião da câmara municipal.** -----





– Eduardo Pedro - O munícipe respondeu dizendo: "Podem, podem, podem, se quisessem tenho o dobro ou o triplo. Agora com estas situações eu não peço que o senhor bata em ninguém, não peço que o senhor prenda ninguém, não peço que o senhor despeça ninguém, só peço que ligue às pessoas e atenção aos miúdos da escola senão qualquer dia temos um acidente ali."-----

**O senhor presidente disse que está a ser feito o projeto daquela rua, assim como da rua António Aleixo, devendo os mesmos estar acabados dentro de dias.**-----

– Eduardo Pedro - O munícipe interveio novamente dizendo: "Eu acredito em si, é que quando o senhor diz que está um projeto a ser feito, demora dois, três, quatro anos."-----

**O senhor presidente disse que a obra pode demorar dois anos, mas que o projeto é feito mais rapidamente.**-----

– Eduardo Pedro - O munícipe interveio novamente dizendo: "Veja lá então aquela malta."-----

**O senhor presidente perguntou ao munícipe se ainda queria voltar a intervir.**-----

– Eduardo Pedro - O munícipe terminou dizendo: "Não, foi um prazer."-----

**O senhor presidente perguntou se alguém queria colocar mais alguma questão e como ninguém se pronunciou, deu por encerrado o período do público e terminou agradecendo a presença de todos.**-----

### **= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA =**

O senhor vereador Ricardo Clemente perguntou o que foi feito até agora para apurar a realidade na questão do alojamento local, na sequência das irregularidades apontadas pelo senhor chefe da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares. Perguntou depois qual o ponto de situação da delegação de competências. Defendeu seguidamente que é urgente proceder à deservagem de todo o concelho, desde a Rocha Baixinha até aos Salgados, dado que é uma tristeza verificar que os passeios estão cheios de ervas, situação que também ocorre em Ferreiras, Paderne e Guia. Afirmou depois que esta situação merece uma intervenção rápida do município para que no verão o espaço público esteja minimamente cuidado e aceitável. Disse seguidamente que tem havido algumas reclamações relativamente ao tempo de espera de pedidos de certidões, plantas de localização e outras coisas simples que estão a demorar meses. Defendeu depois que algo tem que ser feito rapidamente, uma vez que as pessoas precisam desta documentação para fazer as escrituras das suas casas, nomeadamente os cidadãos estrangeiros, sendo incompreensível que um processo que demora dois ou três dias esteja a demorar meses, o que também é importante para que as pessoas percebam que a câmara municipal se preocupa com a nossa economia e com a existência

de um futuro sustentável. Disse ainda que os vereadores não permanentes não querem que a câmara municipal demore muito tempo e seja um entrave ao desenvolvimento económico do concelho. Perguntou seguidamente como está a auditoria externa para apurar se a reestruturação do organograma fez sentido, dado que a câmara municipal deliberou mandar fazer esta auditoria há cinco meses, mas até agora nada foi feito. Afirmou depois que há uns tempos atrás a câmara municipal aprovou por unanimidade a proposta dos vereadores não permanentes para a instituição do Conselho Municipal da Juventude, mas nada sobre este assunto foi publicado nos sites do município, nem no Boletim Municipal, nem em qualquer outro suporte, uma vez que se tratou de uma proposta dos vereadores não permanentes. Disse seguidamente que é habitual ser publicitada a realização de eventos de todo o tipo, alguns deles sem sequer terem ainda sido aprovados pela câmara municipal, mas o Conselho Municipal da Juventude não mereceu qualquer tipo de divulgação, pelo que não se entende o critério de divulgação de eventos do município. Defendeu depois que a única forma de entender esta atuação é pelo facto de se tratar de uma proposta dos vereadores não permanentes, talvez pelo facto de estarem de fora e puderem vir a ser adversários no futuro, evitando assim que as pessoas saibam que estes edis têm capacidade para trabalhar. Disse depois que teve a oportunidade de assistir à apresentação da obra da avenida Sá Carneiro. Lembrou depois que os vereadores não permanentes só tiveram acesso à informação aquando da apresentação, não tendo tido qualquer conhecimento relativamente àquele projeto em momento anterior. Defendeu depois que se trata apenas de uma obra que muda alguns aspetos exteriores, mas não muda o restante que o senhor presidente pretende mudar, ou seja, o conceito da Oura. Defendeu depois que para mudar a parte estrutural daquela zona é preciso criar regulamentos e normas para que as pessoas tenham que cumprir. Disse seguidamente que também naquela zona seria importante haver uma interligação entre os vários planos, dado que este projeto surge desarticulado de tudo o resto, como por exemplo do Plano de Mobilidade. Lembrou depois que vão ser retirados estacionamentos às pessoas e aos comerciantes, sem se procurarem alternativas, nem se verificando o que pode ser feito em termos de transportes públicos. Defendeu depois que a câmara municipal devia ser mais ambiciosa nesta matéria, devendo o concelho ser pensado e alterado, mas também devia fazer este processo de forma correta, começando por uma discussão alargada com todos, mas em que fosse pensado primeiramente o concelho como um todo, devendo para isso ser definido o que se pretende para cada freguesia, para cada uma das zonas e para cada uma das ruas. -----



O senhor vereador Victor Ferraz lamentou que os vereadores não permanentes não tivessem sido notificados desta ação, até porque é sempre chato ficar a saber por terceiras pessoas. Afirmou depois que a apresentação e as questões levantadas pelos munícipes colocaram uma questão que o município tem que resolver o mais depressa possível, com o risco de, para resolver um problema, criar outro, trata-se da questão do estacionamento e da redução de lugares de estacionamento que vai acontecer com esta obra, principalmente na zona norte da avenida. Defendeu depois que se devia trabalhar já em alternativas, algumas delas referidas na apresentação, porque, por muito bonita que fique aquela zona, se não houver estacionamento, as pessoas vão deixar de lá ir. Disse seguidamente que a deservagem é já um problema sério do município e que no âmbito do Decreto-Lei 57/2019, relativo a transferência de competências para as juntas de freguesia, constata-se que existe um vazio relativamente a esta competência. Lembrou ainda que a deservagem não consta da adjudicação que foi feita à empresa que ganhou o concurso. Disse ainda que a questão da deservagem constava da transferência de competências que estava a ser negociada pelo município com as juntas de freguesia, já tendo sido proposta no ano passado. Disse depois que se esta transferência já estivesse concluída, este problema já estaria resolvido e já não havia esta má imagem que está a passar para as pessoas que visitam o concelho por causa dos passeios abandonados às ervas. Perguntou seguidamente em que ponto estava o concurso das chefias intermédias, se já estava a andar e se já havia alguma novidade relativamente aos critérios.-----

O senhor presidente disse que a questão do alojamento local foi colocada pelo senhor doutor António Nóbrega, não havendo ainda qualquer novidade desde a última reunião da câmara municipal. Afirmou depois que saiu nova legislação sobre a delegação de competências, estando o senhor doutor Fernando Silva a ultimar a redação com a colaboração da senhora doutora Carla Farinha, para depois passar à execução final dos documentos. Disse seguidamente que a questão da deservagem se tem colocado com a mudança de empresa, mas que já está a tratar do assunto. Afirmou depois que a questão dos estacionamentos na avenida Sá Carneiro já está a ser tratada há algum tempo, havendo várias hipóteses ainda em estudo. Defendeu depois que as alterações naquela zona também devem servir para operar uma mudança de atitudes, nomeadamente com a imposição de certas regras, tais como um Código de Conduta. Informou ainda que os júris dos concursos das chefias intermédias já estão a trabalhar, podendo ser trazida para a próxima reunião da câmara municipal uma informação mais detalhada sobre este assunto. Disse seguidamente que a auditoria

externa ao organograma está a ser preparada pelos serviços do Departamento de Gestão e Finanças. -----

A senhora vereadora Sara Serra disse que um munícipe lhe fez chegar uma informação e um pedido, dado que na semana passada houve um grande acidente no Poço das Canas, na estrada entre Ferreiras e Algoz, numa entrada que lá existe. Afirmou depois que os bombeiros tiveram que levar o carro desencarcerador, também esteve presente a Polícia e gerou-se uma situação bastante aparatosa, mas felizmente a pessoa não ficou assim tão mal. Disse seguidamente que os moradores daquela zona já pediram ao município a colocação de lombas, ou de sinalização, etc. Afirmou depois que a própria GNR também disse que é estritamente necessário que lá seja colocada sinalização ou lombas para fazer com que as viaturas circulem com menor velocidade. Disse ainda que também já passou várias vezes naquele local, tendo verificado que existem vários caminhos que vão dar à estrada principal, podendo o município colocar sinalização nas entradas e nas saídas dos caminhos que dão acesso à via principal. Afirmou depois que a senhora vereadora Cláudia Guedelha providenciou que os buracos fossem arranjados lá na rua, mas lamentou que os buracos apenas tivessem sido calcetados, ou seja, não os fecharam, o que é curioso. Disse seguidamente que um dos munícipes ainda sugeriu que colocassem um bocado de terra e nivelassem o piso, mas a resposta foi que não tinham ordens para isso. Agradeceu depois a disponibilidade e o trabalho, mas lembrou que o buraco continua lá, estando apenas tapado com calçada, o que é a imagem dos arranjos que têm vindo a ser feitos ultimamente no município. Disse seguidamente que a deservagem é urgente porque parece que se está a viver na Amazónia. Lembrou depois que também não se veem varredores de rua e que o lixo se tem vindo a acumular. Terminou dizendo que o último munícipe a intervir trouxe à câmara municipal o retrato radiográfico do estado do município neste momento. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente disse que a câmara municipal é reativa e não proactiva e que no caso da deservagem já era sabido que este problema iria ocorrer, mas não soube antecipadamente criar soluções para ele. Afirmou depois que os vereadores não permanentes tiveram conhecimento que a informação da câmara municipal chega aos membros da assembleia municipal, mas não chega a estes edis, que acabam por ser informados pelos membros da assembleia municipal que fazem parte da bancada do Partido Socialista e que têm a amabilidade de passar esta informação. Defendeu seguidamente que este procedimento não é correto e que os vereadores não permanentes estão a ser maltratados. -----

Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e



pela sequência nesta prevista, ou seja: -----

### **A - GENERALIDADES**

#### **= ATAS DAS REUNIÕES DE 19 E 26 DE MARÇO DE 2019 =**

**Foi confirmada**, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião realizada no dia dezanove de março de dois mil e dezanove, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo. -----

**Foi confirmada**, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e dezanove, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo. -----

#### **= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =**

**Tomou a Câmara conhecimento** de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia seis de maio de dois mil e dezanove, eram das quantias de: -----

Operações Orçamentais - setenta e cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e três euros e noventa e quatro cêntimos. -----

Operações não Orçamentais - um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dezoito euros e oitenta e seis cêntimos. -----

#### **= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =**

**Tomou a Câmara conhecimento**, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor: -----

♦ Do **Decreto-Lei n.º 57/2019, de trinta de abril**, que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias; -----

♦ Do **Decreto-Lei n.º 58/2019, de trinta de abril**, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que o Decreto-Lei n.º 57 tem prazos para a câmara municipal se pronunciar, pelo que perguntou se esta questão vai ser articulada com as juntas de freguesia, dado que já existia uma negociação relativamente a outras competências. Perguntou também se se vão juntar os dois processos. -----

O senhor presidente respondeu afirmativamente e explicou que a lei que está em vigor tem que ser aplicada, estando o senhor doutor Fernando Silva a adaptar o que já tinha feito de acordo com a nova legislação que acabou de sair. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente perguntou se este processo ia demorar mais alguns meses. -----

O senhor presidente respondeu negativamente e explicou que praticamente o serviço está feito, faltando apenas compor o texto. -----

#### **= RELAÇÕES DE PAGAMENTOS =**

Foi apresentado um conjunto de documentos referentes a pagamentos autorizados e efetuados, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente perguntou a que se refere um pagamento feito a vinte e dois de abril último à empresa Hippotrip, uma vez que se trata de uma empresa de passeios em Lisboa que tem um carro anfíbio que faz passeios no rio. -----

O senhor presidente disse que iria recolher informação sobre este pagamento e que depois a transmitiria aos senhores vereadores não permanentes. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que também há um pagamento ao LNEC de cinquenta e um mil euros e perguntou se é referente à questão do túnel, uma vez que já se tinha feito um pagamento no ano anterior. Perguntou depois em que ponto está a adjudicação final à Geocontrole relativamente ao estudo, dado que tinha um prazo de execução de sessenta dias e foi adjudicado ainda pelo anterior presidente da câmara municipal. -----

O senhor presidente disse que iria ver em que ponto se encontra o processo. -----

Foi tomado conhecimento. -----

#### **= INFORMAÇÕES - FÉRIAS =**

Subscrito pela senhora vice-presidente foi apresentado um documento, datado de três de maio corrente, através do qual informa que se encontrará em gozo de férias de seis a catorze de maio também corrente. -----

#### **= TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS, NO ÂMBITO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DO DECRETO-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO - PRONÚNCIA SOBRE O PROJETO DE MAPAS CONTENDO OS MONTANTES ASSOCIADOS AO EXERCÍCIO ANUAL DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

"Considerando que:-----

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro da transferência de



competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;-----

- Nos termos do art.º 2.º da referenciada lei, a transferência de atribuições e competências, rege-se, entre outras, pela preservação da autonomia administrativa, financeira, patrimonial e organizativa das autarquias locais; -----
- A concretização das transferências de competências da administração central para a administração local, nas diversas áreas a descentralizar, é efetuada mediante a publicação de diplomas legais de âmbito setorial; -----
- Já se encontra publicado o diploma que materializa as transferências de competências na área da Educação (Decreto Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro); -----
- A par disto, foi o Município de Albufeira notificado pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais (nos termos do n.º 1 do artigo 69 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), com data de receção de 11 de abril do ano corrente, para se pronunciar, no prazo de 30 dias consecutivos, sobre o projeto de mapas que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas e do património a transferir para o município (incluindo o cumprimento do n.º 3 do art.º 50.º do citado diploma legal); -----
- Após averiguações constatou-se que os montantes financeiros associados a transferir para o Município de Albufeira são insuficientes para fazer face às obrigações que lhe são cometidas na área da Educação, nos termos do decreto-lei citado, que incumbe os municípios a "assegurar a qualidade das intervenções, bem como garantir as adequadas condições de funcionamento e segurança das instalações"; -----
- No que aos recursos humanos a afetar diz respeito, perspetiva-se a necessidade de contratações adicionais; -----
- Dadas as circunstâncias citadas, considera-se que os moldes da concretização da transferência de competências na área da Educação são desadequados face à realidade que se impõe. -----

----- PROPONHO -----

Que a Câmara Municipal delibere no sentido de se pronunciar desfavoravelmente sobre o projeto de mapas que identifica os montantes financeiros associados ao exercício anual das competências transferidas e do património a transferir para o município, nos termos da referenciada notificação do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais (n.º 1 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro)."

Esta proposta fazia-se acompanhar de um ofício, remetido pelo Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais, nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos referentes à presente reunião. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente disse que os vereadores não permanentes vão votar contra a proposta porque são da opinião que o município deveria receber estas competências e este valor, dado que se trata de um valor bem superior àquele que recebe para fazer mais do que aquilo que faz atualmente, mas que deve servir perfeitamente para fazer face às necessidades. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que esteve a analisar os ficheiros, tendo ficado a saber que a EBSA e a ESA têm quatro funcionários acima do rácio nos refeitórios de administração direta do Município de Albufeira, mas tem conhecimento de causa que as cozinheiras e o pessoal afeto às cozinhas dos diversos agrupamentos, quando comparado com as cantinas que têm administração direta do município, existem por exemplo situações em que têm quatro funcionários para servir uma média de cento e trinta refeições. Afirmou depois que nas três escolas do agrupamento que tem que gerir existem quatro pessoas em cada uma das cozinhas para servir uma média de quatrocentas, quatrocentas e vinte refeições. Disse seguidamente que já foi pedido um reforço e que agora constata que existem quatro pessoas acima do rácio nestes agrupamentos escolares. Lembrou ainda que se trata de uma situação de grande esforço e sacrifício para quem trabalha nas cozinhas do agrupamento que gere. Disse depois que tem sido difícil colocar pessoas lá sem que comecem a pôr baixa, que é o que tem acontecido. -----

O senhor presidente disse que esta situação não está relacionada com a transferência de competências ora proposta. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que ainda assim se constata que existem agrupamentos com funcionários acima do rácio, enquanto outros agrupamentos têm funcionários abaixo do rácio. Afirmou depois que também detetou a indicação de duas escolas para modernização, sendo uma delas a das Ferreiras, estabelecimento que já vinha a ser falado neste âmbito há vários anos, mas que estranhou um bocado a inclusão da Escola da Guia, uma vez que se trata da escola mais recentemente construída. Disse seguidamente que esteve a analisar os fundamentos para a não aceitação da transferência de competências, sendo referido algo que não consegue compreender: o número dois do artigo catorze, do





Decreto-Lei n.º 21, quando esta norma refere o seguinte: "O apoio técnico necessário à elaboração da Carta Educativa é assegurado pelo departamento governamental com competência na matéria e disponibiliza toda a informação necessária, bem como a prestação de serviços adequados." Afirmou seguidamente não perceber o que este número tem a ver com a transferência de competências. Disse ainda que também é referida a necessidade de contratações adicionais, mas que aqui existe um processo de contratação que já foi lançado para setenta assistentes operacionais, pelo que pensa que esta parte já esteja resolvida. Defendeu depois que estas duas justificações não se lhe afiguram suficientes para recusar a transferência de competências, até porque se está a falar de cinco milhões e trezentos mil euros, quando o município atualmente recebe três milhões e trezentos mil euros. Disse ainda que tendo em conta as necessidades que as escolas têm e sendo Albufeira supostamente uma cidade educadora, é um bocado estranho recusarem-se competências na área da educação. Lembrou ainda que o município não tem Conselho Municipal de Educação, mas pretende ser uma cidade educadora. Afirmou seguidamente que a Carta Educativa precisa de ser alterada, mas como não existe Conselho Municipal de Educação esta questão está parada. Defendeu depois que pelas razões expostas os vereadores não permanentes vão votar contra a proposta, até porque defendem que se devia avançar rapidamente com a transferência de competências nesta área. Disse ainda que as verbas previstas até podem não ser suficientes nalguns casos, mas que o município tem um saldo financeiro que lhe permitiria começar rapidamente a trabalhar nas alterações que são precisas. Terminou defendendo que começa a ser preocupante o atraso no concurso do bloco de salas da Escola Diamantina Negrão, dado que se vão perder os meses de verão para fazer as obras principais. -----

O senhor presidente disse que este projeto está a ser tratado. Afirmou depois que já falou sobre a questão da transferência destas competências na última reunião da câmara municipal e lembrou que, ainda assim, talvez Albufeira tenha sido o município do Algarve que mais transferência de competências aceitou. -----

Foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor presidente, o senhor vereador Rogério Neto e a senhora vereadora Cláudia Guedelha; votaram contra os senhores vereadores Ricardo Clemente, Victor Ferraz e a senhora vereadora Sara Serra. -----

Tendo-se verificado empate na votação o senhor presidente usou do voto de

qualidade. -----

**= AUDIÇÃO DO PÚBLICO =**

Nesta altura da reunião deram entrada na sala duas munícipes que pediram para intervir. O senhor presidente deu a palavra à primeira munícipe. -----

– Maria Antonieta - A munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: "Senhor presidente, é o mesmo assunto, o senhor presidente já sabe o que é, eu fiquei sem lugar no concurso, eu quero saber qual é os critérios, eu tenho, eu sou coletada há quarenta anos, eu quero saber. O senhor vereador diz que eu não tenho lugar nem na avenida 25 de abril, nem na Cândido dos Reis, quer dizer tiraram-nos os lugares do ano passado para o senhor Dinis pôr lá uma esplanada. O senhor Dinis tem lá o Jójó, que era antigamente o Jójó, pronto nós saímos, o senhor vereador também disse ao senhor Dinis: - "Se elas não saírem daí, chame a Polícia Municipal." Nós somos os vagabundos, somos assassinos. Eu falei com o senhor Dinis e disse-lhe: - "Senhor Dinis, quando é que vai pintar?" Segunda-feira. Segunda-feira quando chegámos já lá estavam os andaimes todos, ainda lá estão hoje, fez ontem um mês, ainda não pintaram um palmo de tinta. Há um mês que estão lá aqueles andaimes no meio da rua, não acredita em mim, pode procurar a quem lá está. E eu quero lugar para trabalhar, não tenho. Eu exijo um lugar na rua Cândido dos Reis, que eu tenho direito a isso, não venho do Nepal, venho da China, venho daqui e dali, tudo tem lugar, eu não tenho porquê? Faturas certificadas, com artigos fabricados em Portugal, eu não entreguei faturas sabe porquê senhor presidente? Porque as faturas são todas... é tudo comprado em Portugal, é tudo chinês, eu quero saber quem é que vende ali artigo nacional. Eu vendo há muitos anos." -----

O senhor presidente disse que tem que se tentar resolver o problema. -----

– Maria Antonieta - A munícipe interveio novamente dizendo: "Então resolve o problema de toda a gente, menos o de mim e o da Cristina. O senhor vereador resolveu o problema de todos ali em cima. Tirou lá a parede, não me diga que é mentira porque não é." -----

O senhor vereador Rogério Neto perguntou se podia falar. -----

– Maria Antonieta - A munícipe respondeu dizendo: "Não senhor vereador, o senhor vereador resolveu o problema de todos ali e veio dizer que eram as senhoras do jurídico, o senhor não tinha nada a ver com isso, não sei quem é que tem a ver com isso, eu não sei, isso é para mim. À Cristina e à Deolinda disse: - "Vocês estão garantidas, têm lugar porque vocês trabalharam o inverno inteiro, é verdade. Andou a enganá-las nove meses ou oito. As pessoas não têm falta de trabalho, se tivessem falta da banca, trabalhavam, só lá o Lino é que vai trabalhar, Os outros vão três meses no verão, chega



ao fim de três meses, vão se embora, eu estou aqui há trinta e tal anos." -----  
**O senhor presidente agradeceu a intervenção da munícipe e deu a palavra à pessoa seguinte.** -----

– Helena Cristina - A munícipe iniciou a sua intervenção dizendo: "Bom dia a todos, eu já sei há algum tempo que eu não tenho banca porque o senhor vereador andou-me sempre a dizer que eu não tinha banca, aliás quando eu estive cá na última assembleia, o senhor vereador nessa noite tinha-me dito aqui em baixo que eu não tinha banca, estava muito difícil. Andou o inverno todo a dizer-me: - "Fique descansada, vocês..." Estava eu e a minha irmã ali na rua. "Vocês são as pessoas que têm mais direito de estar aqui, estão aqui o inverno todo." E não foi o primeiro inverno que eu estive lá senhor vereador, senhor presidente, têm sido todos desde que eu tenho a minha licença e acho que é uma injustiça o que estão a fazer comigo e eu quero saber porque é que o senhor vereador não me quer pôr ali, porque andou-me a enganar, eu sinto-me injustiçada ali, sinto-me injustiçada e pronto e é isso que eu quero, quero o meu lugar ali na 25 de Abril, quero o lugar para trabalhar porque eu não tenho mais nada, não tenho mais nada e pessoas que passaram à minha frente com menos pontuação e a resposta que o senhor vereador me dá, é que candidataram-se àquele artigo e neste momento essas pessoas não estão a vender o artigo do qual se candidataram. É outra injustiça que está a ser feita, é outra injustiça. É só isso que eu tenho para dizer porque eu não estou em condições de dizer mais nada, eu quero o meu lugar, muito obrigada." -----

**O senhor vereador disse que no dia anterior falaram bastante tempo, mas as munições não compreenderam. Explicou depois que no dia anterior foram chamadas todas as pessoas que estavam na lista de suplentes para irem preenchendo os lugares que estão disponíveis, sendo que a dona Helena Cristina é a sexta da lista, mas como só há cinco lugares na baixa, eles foram ocupados pelos primeiros cinco concorrentes da lista e a dona Helena Cristina neste momento é a primeira suplente da lista, sendo a dona Antonieta a segunda concorrente nesta lista. Afirmou seguidamente que há agora que aguardar pela eventualidade de alguém não incumprir o caderno de encargos do concurso público, pois nesse caso perderá o lugar à banca e seguidamente entrará a primeira pessoa da lista de suplentes. Disse depois que está a ser analisada a possibilidade de arranjar um espaço para as munições ficarem temporariamente, havendo ainda a possibilidade de abrir um novo concurso para a atribuição de mais espaços. Explicou depois que existem dois casos de pessoas que têm menos pontuação que as munições, mas que têm dois espaços, o que significa que se candidataram a outro tipo de artigo, o que será**

fiscalizado e no caso destas pessoas não respeitarem o caderno de encargos, implicará a perda do espaço. Disse seguidamente que no dia anterior a dona Antonieta apresentou provas de ter um lugar desde mil novecentos e setenta e nove, sendo de lamentar que a munícipe não tenha feito a entrega destes elementos atempadamente. Explicou depois que nunca disse que não tinha nada a ver com estes assuntos porque era tudo com o júri, tendo dito, isso sim, que enquanto o concurso decorre a análise da documentação é toda feita pelo júri, pelo que referiu por várias vezes que nunca iria interferir com o trabalho do júri. Disse ainda que a munícipe lhe explicou que não entregou a documentação porque na primeira lista tinha ficado com um local, pelo que pensou que não valia a pena entregá-los. Afirmou seguidamente que as munições não aceitam a solução encontrada, dado que a dona Helena Cristina diz que só quer a sua banca na avenida 25 de Abril, enquanto a dona Antonieta diz que só fica no seu espaço na rua Cândido dos Reis. Explicou que esta situação só pode ocorrer se alguém perder o lugar, ou se for feito um novo concurso com a criação de espaços nestas locais. Disse ainda que está a ser analisada a hipótese de arranjar temporariamente uma solução para as munições até que exista um espaço em que gostariam de estar. Afirmou seguidamente que ainda existem espaços livres em Montechoro. -----

– Maria Antonieta - A munícipe interveio novamente dizendo: "No Montechoro estive eu lá em dois mil e dois, fui obrigada a ir embora, quando saí de lá de baixo de ao pé da Tosta Rica e da loja da doutora Cláudia, puseram a gente cá em cima, só estivemos lá um verão, eu e os colegas que foram na altura tivemos que vir embora que a gente não se estriava ali."-----

O senhor presidente disse que se vai tentar resolver o problema e que até ao final da semana poderão existir novidades. -----

– Maria Antonieta - A munícipe interveio novamente dizendo: "Oh senhor presidente desculpe, mas eu só espero até ao fim de semana, já que me está a dizer isso, até ao fim da semana, na outra semana eu vou para tribunal. Outra coisa, tiraram-me o lugar a mim para dar ao senhor Fernando, senhor presidente, esse senhor só vende artigo marroquino, está lá e toda a gente vê, só vende artigo marroquino. Qual foi o critério de lhe darem a ele, tirarem o lugar a mim e darem-lhe a ele? Apesar dele também já trabalhar, o senhor Fernando também está lá há muito tempo, eu não quero tirar o lugar a ninguém, mas houve dois lugares que desistiram, foi o senhor Rogério e foi a Nucha e foi mais não sei quem. Quero saber qual foi o critério, se é cartas com artigos nacionais, tem que se ter a carta certificada, isto é artigo fabricado em Portugal."-----



**O senhor presidente disse que a munícipe deveria ter apresentado reclamação na altura.**-----

– Maria Antonieta - A munícipe interveio novamente dizendo: "Na altura a gente não sabia, na altura."-----

**O senhor presidente disse que se iria tentar resolver o problema até ao final da semana.**-----

– Maria Antonieta - A munícipe interveio novamente dizendo: "Também senhor presidente."-----

– Helena Cristina - A munícipe interveio novamente perguntando: "Só quero dizer mais uma palavra, dá-me licença que eu diga mais uma palavrinha?"-----

**O senhor presidente disse que tinha que ser uma intervenção rápida.**-----

– Helena Cristina - A munícipe interveio novamente dizendo: "É muito rápido que eu também estou a trabalhar, eu estou a trabalhar, deixei a minha banca para vir aqui. É assim, eu espero que o senhor vereador não me venha com a conversa que já me veio três vezes com a mesma conversa de que tenho lugar na esplanada Frutuoso da Silva, ou seja, no Rocamar, eu não vou para lá. Desculpe senhor presidente, dê-me licença por favor que eu ainda não terminei. É assim, isto faz lembrar o senhor Vitor Vieira quando disse lá em baixo, gritou bem lá em baixo para a minha banca ir para o pé do cemitério: - "Metam a banca dela ao pé do cemitério!" Gritou bem o senhor Vitor Vieira lá em baixo. Bom dia a todos e muito obrigado, desculpem lá qualquer coisa, mas é assim senhor presidente, se as coisas não ficarem resolvidas, a gente vamos para outro lado."-----

**O senhor presidente deu por encerrado o período do público e agradeceu a presença de todos.**-----

**= TRANSPORTES - IMORTAL BASKET CLUB - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente, em vinte e seis de abril último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, autorizou a disponibilização do transporte solicitado pelo Imortal Basket Club, para deslocação a Faro, no dia vinte e sete de abril também último, para participação em atividades desportivas, bem como a realização do trabalho suplementar necessário para a realização do transporte, considerando que se destina a jovens e adultos deste concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem-estar e formação destes jovens, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o

número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente.** -----

**= TRANSPORTES - INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor presidente, em vinte e oito de março último, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas, recreativas e religiosas, nos seguintes dias do mês de maio corrente:-----

- Atlético Clube de Albufeira, para deslocação a Évora, no dia dezoito;-----
- Clube de Basquete de Albufeira, para deslocações a Faro e a Tavira, ambas no dia dezoito;-----
- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocação a Estômbar, no dia dezanove;-----
- Guia Futebol Clube, para deslocações a Mexilhoeira Grande e a Lagos, no dia dezoito, e a Lagoa, no dia dezanove; -----
- Imortal Basket Club, para deslocações a Olhão e a Ferragudo, no dia dezoito, e a Quéluz, no dia dezanove. -----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.** -----

**Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora**



aprovados. -----

Antes da discussão dos dois assuntos a seguir descritos, o senhor presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira e do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou as respetivas situações de impedimento, ausentando-se da sala, assumindo a presidência o senhor vereador Rogério Neto. ---

**= TRANSPORTES - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Foi apresentado um documento subscrito pela senhora vice-presidente, no impedimento do senhor presidente, em dois de maio corrente através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização dos transportes solicitados pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, para deslocação a Fátima, no dia onze de maio também corrente, para participação em atividades religiosas. -----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização do transporte, considerando que se destina a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados. -----

Não estava presente o senhor presidente. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Ricardo Clemente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva

situação de impedimento, ausentando-se da sala. -----

**= TRANSPORTES - IMORTAL DESPORTIVO CLUBE - PROPOSTA =**

Foi apresentado um documento subscrito pela senhora vice-presidente, no impedimento do senhor presidente, em dois de maio corrente através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização do transporte solicitado pelo Imortal Desportivo Clube para deslocações a Moncarapacho e a Vila Real de Santo António, ambas no dia dezanove de maio também corrente, para participação em atividades desportivas.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação, autorizar a realização do transporte, considerando que se destina a atletas do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados.-----

Não estavam presentes o senhor presidente e o senhor vereador Ricardo Clemente, que a seguir à votação regressaram à sala, tendo o senhor presidente reassumido a presidência.-----

**= APOIOS - ACPA - ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES E PESCADORES DE ALBUFEIRA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente em vinte e seis de abril último, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, determinou a prestação de apoio à ACPA - Associação de Caçadores e Pescadores de Albufeira, mediante a cedência de um Kit de Primeira Intervenção e Rescaldo de Incêndios Rurais, com a capacidade de mil litros de





água, motobomba de pressão, cem metros de mangueira  $\phi$  25 mm, ligações Storz, agulheta, montado em chassi tubular para instalação em carrinhas todo o terreno 4X4, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto da mesma lei, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara municipal. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que neste documento é referido que houve a necessidade de fazer um despacho ratificativo porque não houve tempo útil para vir a sessão da câmara municipal, mas existe também uma referência ao facto deste apoio ter sido solicitado a seis de fevereiro último, ou seja, desde esta data até ao presente dia realizaram-se cerca de sete reuniões da câmara municipal, pelo que se estranha a inexistência de tempo útil para que o assunto pudesse ter sido apreciado numa reunião anterior da câmara municipal. Perguntou depois se o senhor presidente tem noção de quantos incêndios rurais houve no concelho. -----

O senhor presidente disse que felizmente não se verificaram muitos incêndios com grande expressão, mas que se verificaram muitas ignições. -----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se também tinham existido muitas ignições a nível rural. -----

O senhor presidente respondeu afirmativamente. -----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se esta aquisição teve o parecer dos bombeiros. -----

O senhor presidente respondeu afirmativamente. -----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou qual o valor da aquisição. -----

O senhor presidente respondeu que o valor da aquisição ronda os seis mil euros. ----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

**= APOIOS - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente da câmara foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

*"Através do documento anexo, vem a Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira solicitar apoio para acolhimento dos acólitos nos dias 10 e 11 de maio, no âmbito da realização do evento "Dia Diocesano do Acólito", da Diocese do Algarve, que este ano terá lugar em Albufeira. -----*

*Considerando que: -----*

- 1) No âmbito do Programa Diocesano para o setor da liturgia, a Paróquia de Albufeira foi contemplada para celebrar o Dia Diocesano do Acólito da Diocese do Algarve; -----*
- 2) Este evento, que ocorre anualmente, não tem fins lucrativos, visando apenas o -----*

convívio e oração entre os seus participantes;-----

- 3) No âmbito deste evento a Paróquia de Albufeira necessita de um espaço onde os acólitos participantes no encontro possam pernoitar e realizar algumas atividades nos dias 10 e 11 de maio; -----
- 4) O EMA se encontra disponível para acolher os acólitos, nas datas solicitadas; -----
- 5) O evento se enquadra na alínea u), do n.º 1, do artigo 33, da lei 75/2013 de 12 de Setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, recreativa, ou outra de interesse para o Município.-----

Proponho que: -----

A digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a Fábrica da Igreja Paroquial de Albufeira, nos seguintes termos: -----

- 1) Disponibilização do EMA - Espaço Multiusos de Albufeira, nos dias 10 e 11 de maio, para pernoita e realização de atividades dos acólitos participantes no evento; -----
- 2) Isenção total do pagamento das taxas de utilização do espaço, ao abrigo do art.º 9, do Regulamento do Espaço Multiusos de Albufeira que refere que o requerimento fundamentado do interessado pode a Câmara Municipal de Albufeira isentar parcial ou totalmente o interessado das quantias previstas no artigo 7, nomeadamente por considerar que o evento reveste de interesse para o desenvolvimento do Concelho e da sua população. -----

Em tudo deverá o requerente cumprir o estipulado no regulamento de utilização do Espaço Multiusos de Albufeira." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= APOIOS - IMORTAL BASKET CLUBE - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vice-presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: "Através de documentação que se anexa ao presente despacho, a entidade acima referida solicita o apoio desta Câmara Municipal, para levar a efeito uma sessão para promoção da saúde com atletas e respetivos encarregados de educação, com o nutricionista do clube, especificamente: -----

- a) A cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge e dos meios técnicos necessários para o seu funcionamento, no dia 18 de maio de 2019, com efeitos entre as 10H00 e as 11H30;-----

Considerando: -----

- a) A disponibilidade da sala polivalente da Biblioteca Municipal Lídia e dos meios técnicos necessários ao seu funcionamento, no dia e horário solicitados; -----
- b) Que a alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro,



confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra; -----  
c) Que a situação se enquadra nesta previsão legal. -----

----- PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere proceder à cedência da Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Lídia Jorge, ao Imortal Basket Clube, para a realização da sessão para a promoção da saúde, no dia 18 de maio de 2019, das 10H00 às 11H30." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= APOIOS - CEDÊNCIAS DE COMBUSTÍVEL AOS CLUBES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE 01/02/2019 A 28/02/2019 - RELATÓRIO =**

Relacionado com este assunto e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, foi apresentado um relatório do seguinte teor: -----

"Apresentação das cedências de combustível aos Clubes e Associações Desportivas do Concelho, no período de 01/02/2019 a 28/02/2019, de acordo com a deliberação de Câmara, datada de 07/08/2018. -----

<i>Clubes</i>	<i>Gasóleo Rodoviário a granel (Bomba)</i>	<i>Gasolina Rodoviário a granel (Bomba)</i>	<i>Gasóleo e Gasolina Rodoviário c/ cartão Electrónico</i>	<i>Total (€)</i>
<u>Albufeira Futsal</u>	180,66 €			180,66 €
<u>Albufeira Surf</u>	124,87 €			124,87 €
<u>Atlético Club Abf</u>	207,23 €		332,93 €	540,16 €
<u>CD Areias</u>	280,29 €		413,16 €	693,45 €
<u>Clube Basket Abf</u>			548,62 €	548,62 €
<u>Clube de Pesca</u>	160,74 €			160,74 €
<u>FC Ferreiras</u>	666,86 €		125,08 €	791,94 €
<u>Guia FC</u>	480,88 €			480,88 €
<u>Imortal Basket</u>			1 403,41 €	1 403,41 €
<u>Padernense Clube</u>	43,84 €			43,84 €
<b>Total</b>	<b>2 145,37 €</b>	<b>- €</b>	<b>2 823,20 €</b>	<b>4 968,57 €</b>

Foi tomado conhecimento. -----

**= APOIOS - CEDÊNCIAS DE COMBUSTÍVEL AOS CLUBES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DO CONCELHO DE 01/03/2019 A 31/03/2019 - RELATÓRIO =**

Relacionado com este assunto e com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, foi apresentado um relatório do seguinte teor: -----

"Apresentação das cedências de combustível aos Clubes e Associações Desportivas do Concelho, no período de 01/03/2019 a 31/03/2019, de acordo com a deliberação de Câmara, datada de 07/08/2018. -----

Clubes	Gasóleo Rodoviário a granel (Bomba)	Gasolina Rodoviário a granel (Bomba)	Gasóleo e Gasolina Rodoviário c/ cartão Electrónico	Total (€)
<u>Albufeira Futsal</u>	340,07 €			340,07 €
<u>Albufeira Surf</u>	303,67 €		92,91 €	396,58 €
<u>Atlético Club Abf</u>	295,70 €		837,66 €	1 133,36 €
<u>CD Areias</u>	548,63 €		95,49 €	644,12 €
<u>Clube Basket Abf</u>			181,38 €	181,38 €
<u>Clube de Pesca</u>	135,50 €			135,50 €
<u>FC Ferreiras</u>	575,20 €			575,20 €
<u>GDROa</u>	138,15 €			138,15 €
<u>Imortal Basket</u>			1 257,98 €	1 257,98 €
<u>Karaté Shotokan</u>			287,86 €	287,86 €
<u>Padernense Clube</u>	82,36 €			82,36 €
<b>Total</b>	<b>2 419,28 €</b>	<b>- €</b>	<b>2 753,28 €</b>	<b>5 172,56 €</b>

Foi tomado conhecimento. -----

**= PROTOCOLOS - FEDERAÇÃO DE CAÇADORES DO ALGARVE E ALBUMARINA, SOCIEDADE GESTORA DE MARINAS, S.A - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que:-----

1. O evento se enquadra na alínea O) e U), do n.º 1, do artigo 33, da lei 75/2013 de 12 de Setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, recreativa ou outra de interesse para o Município;-----
2. O evento irá decorrer na cidade de Albufeira, contribuindo desta forma para a dinamização e promoção do concelho nos meios de comunicação social, bem como no que concerne aos hábitos e produtos ligados à actividade económica do Concelho e da Região;-----
3. Trata-se de um evento de referência a nível regional e nacional da actividade cinegética, piscatória, turística e gastronómica;-----
4. É fundamental, para o sucesso do evento, que se estabeleça uma parceria forte entre as entidades envolvidas na organização do evento, nomeadamente o Município de



*Albufeira, a federação de Caçadores do Algarve e a AlbuMarina SA para que, em conjunto, possam cooperar e coordenar as suas competências, com vista ao bom desenvolvimento do evento e de forma a alcançar os objectivos, em concordância com os bons termos deste Protocolo de Colaboração, cuja minuta se anexa. -----*

*Proponho que: -----*

*A digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a Minuta de Protocolo a celebrar entre as partes anexa à presente proposta." -----*

Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos referentes à presente reunião. -----

Constatou-se no mesmo documento ser obrigação do Município de Albufeira, a atribuição de uma comparticipação financeira até ao valor de cem mil euros. -----

**O senhor vereador Ricardo Clemente disse que os vereadores não permanentes defendem a realização de eventos mais na época média e na época baixa do que propriamente na época alta. Afirmou depois que este evento se vai realizar já na época alta, mas que no entanto os vereadores não permanentes concordam com a sua realização, uma vez que se trata de um evento que poderá proporcionar uma visita maior ao Concelho de Albufeira, que é o que se pretende, pelo que irão votar favoravelmente esta proposta. -----**

**O senhor vereador Victor Ferraz disse que no protocolo é estabelecido que compete ao Município de Albufeira assegurar a concretização da vedação do recinto do evento, bem como garantir a segurança do público. Afirmou depois que se trata de um recinto bastante grande, o que poderá implicar a colocação de quase mil metros de vedação. Perguntou depois se a federação justificou o porquê dos cem mil euros. -----**

**O senhor presidente disse que este valor está justificado no plano de ação da feira. -----**

**O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se o plano de ação acompanhou os documentos que foram disponibilizados. -----**

**O senhor presidente disse que o próprio protocolo refere esta questão. -----**

**O senhor vereador Victor Ferraz disse que o protocolo refere esta questão, mas não justifica a necessidade deste valor. Terminou referindo ser importante referir esta questão, uma vez que se trata de um evento que se vai prolongar por três dias. -----**

**Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----**

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Victor Ferraz, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Agrupamento de Escolas de Ferreiras e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala. -----

**= PROTOCOLOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE FERREIRAS - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

*"O Agrupamento de Escolas de Ferreiras, veio solicitar a formalização de dois protocolos de Formação Vocacional em contexto de trabalho ou prática simulada, dos jovens João Guedes Ramirez e Joaquim Wilson, integrados no PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação de Albufeira (3.º ciclo), para decorrer no Centro de Bem Estar Animal de Albufeira, às terças-feiras, das 09h00 às 17h00, com início em 14 de maio e termo em 9 de junho de 2019. -----*

*Considerando: -----*

- 1. Que os protocolos em apreço se destinam à implementação do PIEF dos jovens João Guedes Ramirez e Joaquim Wilson, no Centro de Bem Estar Animal de Albufeira; ----*
- 2. O interesse e disponibilidade manifestados pelo SMV - Serviço Municipal de Veterinária; -----*
- 3. Que o presente protocolo tem por objetivo estabelecer, entre as duas entidades, as condições para proporcionar ao jovem a implementação do PIEF, às terças-feiras, das 09h00 às 17h00, para decorrer a partir de 14 de maio de 2019 e terminar em 9 de junho de 2019; -----*
- 4. Que as atividades a desenvolver não são remuneradas, e os estagiários estarão abrangidos pelo seguro escolar, pelo que não acarreta quaisquer custos para o Município; -----*
- 5. Que de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 17 de julho, confere a competência à Câmara Municipal de Albufeira, para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra; -----*
- 6. Que a situação se enquadra nesta previsão legal. -----*

*Proponho: -----*

*Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a celebração dos protocolos entre o Município de Albufeira e o Agrupamento de Escolas de Ferreiras, nos termos das*



*minutas dos protocolos que se anexam.*"-----

Esta proposta fazia-se acompanhar das minutas dos protocolos de Formação Vocacional dos jovens Joaquim Wilson e João Guedes Ramirez, integrados no Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) de Albufeira (3.º Ciclo), documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos referentes à presente reunião. -----

**Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta.** -----

**Não estava presente o senhor vereador Victor Ferraz, que a seguir à votação regressou à sala.** -----

**= DIREITO DE SUPERFÍCIE - NUCLEGARVE - NÚCLEO DOS MOTORISTAS  
TERRAS DO ALGARVE - PROPOSTA =**

**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----

**B - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E FINANÇAS**

**= FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO PARA  
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PELO PERÍODO DE ATÉ 3 ANOS  
- INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Contratação Pública e Gestão Patrimonial, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

*"Torna-se necessário proceder à correção dos valores da repartição de encargos prevista no âmbito do contrato para aquisição de serviços de seguros pelo período de três anos, celebrado entre o município de Albufeira e a entidade Seguradoras Unidas, S.A., em 25/03/2019.* -----

*Assim, na presente data foram solicitados três pedidos de correção aos valores previstos para anos seguintes e aos cabimentos realizados nos projetos AMR 2019/5005-1-1 (Acidentes de Trabalho), 2019/5005-3-1 (Multirriscos) e 2019/5005-5-1 (Responsabilidade Civil). Mais se informa que foi verificada a existência de dotação nos projetos de AMR referidos, quer para o corrente ano quer para os anos seguintes em que se verificou ser necessário proceder a modificação, tudo em conformidade com os valores contidos no quadro que se anexa à presente informação.* -----

*Solicita-se autorização da digníssima Câmara Municipal para proceder à alteração dos compromissos realizados nos projetos AMR antes referidos."* -----

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação dos serviços, mandar proceder nos estritos termos do nela sugerido.** -----

**Antes da discussão dos dois assuntos a seguir descritos, o senhor presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais da Associação dos**

Bombeiros Voluntários de Albufeira, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou as respetivas situações de impedimento, ausentando-se da sala, assumindo a presidência o senhor vereador Rogério Neto. -----

**= PRIMEIROS SOCORROS EM ANIMAIS - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Foi apresentado um documento contendo despacho proferido pela senhora vice-presidente, em dois de maio corrente do seguinte teor: -----

*"A Sra. Vereadora Dra. Cláudia Guedelha considerou a necessidade de contratar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, formação sobre "Primeiros Socorros em Animais", e está agendada uma ação para decorrer no próximo dia 3 de maio, das 09h00 às 18h00, num total de 8 horas. A mesma destina-se a trabalhadore(a)s do Serviço Municipal de Veterinária e do Serviço Municipal de Proteção Civil e a entidades externas do concelho de Albufeira que desenvolvem atividades nas áreas de segurança e apoio animal, nomeadamente: GNR de Albufeira, Centro Humanitário de Silves Albufeira, da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa, Associação Pata Ativa, Associação PRAVI de Albufeira e Associação Amigos dos Gatos do Algarve. -----*

*Considerando: -----*

- Que o valor total da ação de formação de "Primeiros Socorros em Animais", agendada para decorrer em 03-05-2019, ascende a 600,00€; -----*
- Existe cabimento para a quantia supramencionada; -----*
- Que não foi possível reunir extraordinariamente da Câmara de forma a deliberar em tempo útil; -----*
- Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para que se decida sobre os pedidos de obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte. -----*

*Determino: -----*

- a) Autorizar a realização da ação de formação denominada de "Primeiros Socorros em Animais", contemplando a participação de elementos das entidades externas supramencionadas;-----*
- b) E agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima reunião de câmara." -----*

**O senhor Victor Ferraz perguntou se não deviam ser os veterinários a fazer este apoio aos animais, ou seja, se não existem veterinários associados ao município que**





pudessem fazer esta formação. -----

A senhora vereador Cláudia Guedelha disse que solicitou este serviço à Unidade de Auditoria, Qualidade e Formação. Afirmou depois que quem faz este tipo de formação são os formadores, ou seja, pessoas que têm formações nesta área. Disse seguidamente que vai ser emitido um certificado a todos os participantes. ----

O senhor Victor Ferraz disse que no documento é referido que: "... não se trata de contratos de tarefa e avença, no ano transato não foram contratados serviços de formação a esta entidade." Perguntou depois se no ano passado os bombeiros não fizeram a formação dos desfibrilhadores. -----

O senhor vereador Rogério Neto respondeu que a entidade formadora não foi os bombeiros. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho da senhora vice-presidente. -----

Não estava presente o senhor presidente. -----

**= PRIMEIROS SOCORROS EM ANIMAIS - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

*"A Sra. Vereadora Dra. Cláudia Guedelha considerou a necessidade de contratar à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, formação sobre "Primeiros Socorros em Animais", e está agendada uma ação decorrer no próximo dia 17 de maio, das 09h00 às 18h00. A mesma destina-se a trabalhadore(a)s do Serviço Municipal de Veterinária (SMV) e do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), bem como a elementos de entidades externas do concelho de Albufeira que desenvolvem atividades nas áreas de segurança e apoio animal, nomeadamente: GNR de Albufeira, Centro Humanitário de Silves Albufeira, da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa, Associação Pata Ativa, Associação PRAVI de Albufeira e a Associação Amigos dos Gatos do Algarve e Juntas de Freguesia do concelho de Albufeira.-----*

*Considerando: -----*

- 1. Ser de extrema importância que todas as entidades do concelho que intervêm no apoio e segurança dos animais possuam formação de Primeiro Socorros em Animais; --*
- 2. Que a ação de formação de "Primeiros Socorros em Animais", agendada para decorrer em 17-05-2019, terá um custo 600,00€, e existe cabimento para este valor; -----*
- 3. Que de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 17 de julho, confere a*

competência à Câmara Municipal de Albufeira, para apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;-----

4. Que a situação se enquadra nesta previsão legal. -----

Proponho:-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a realização da ação de formação denominada de "Primeiros Socorros em Animais", contemplando a participação de elementos das entidades externas supramencionadas."-----

O senhor vereador Ricardo Clemente disse que este evento já foi noticiado e devidamente comunicado, sendo apreciado pela câmara municipal uma semana mais tarde. Defendeu depois que o processo se devia realizar de forma inversa e que estas situações têm sido recorrentes, constituindo um desrespeito pela câmara municipal. Afirmou seguidamente que os assuntos deviam ser primeiro apreciados pela câmara municipal e só depois deviam ser publicitados. Disse ainda que no mínimo deveria haver o bom senso de ligar aos vereadores não permanentes a explicar as razões para estas situações ocorrerem. Afirmou depois que esta não é uma forma correta de se estar e que, apesar de já terem ocorrido situações mais graves, não se nota qualquer mudança neste aspeto. Disse seguidamente que os vereadores não permanentes vão votar favoravelmente, mas que estas situações não deviam ocorrer. Lembrou que o senhor presidente até já admitiu que esta não é a forma certa de proceder e prometeu resolver o assunto, mas, no entanto, cá está outra vez a câmara municipal a deliberar sobre um evento que já foi anunciado na praça pública.-----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que existem despachos dos vereadores e que estes não têm que dar conhecimento de tudo o que fazem, mas que tudo o que exija uma deliberação da câmara municipal, seja uma ratificação, seja uma proposta, deve ser comunicado aos vereadores não permanentes, até porque é muito incómodo ficar a saber da realização de determinados eventos pela comunicação social. Defendeu depois que mesmo nas situações em que este procedimento não pode ser evitado, devia ser dado conhecimento atempado aos vereadores não permanentes.-----

O senhor vereador Rogério Neto disse compreender perfeitamente estes protestos e prometeu que futuramente esta situação irá ser considerada. Explicou depois que no primeiro caso se tratou de uma oportunidade que surgiu de realizar uma formação extremamente importante.-----



A senhora vereador Cláudia Guedelha disse que houve a necessidade de fazer duas formações, dado que a primeira data teve que ser adiada em virtude do formador não ter conseguido comparecer à primeira. Explicou depois que se formaram dois grupos e que a solução encontrada foi a de realizar duas formações no mês de maio. Terminou dizendo que os participantes nas formações foram convidados por serem pessoas que estão ligadas diariamente aos animais. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse compreender a justificação, mas lembrou que o que está em causa é o facto dos vereadores não permanentes necessitarem de ter conhecimento da realização dos eventos atempadamente. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor presidente, que a seguir à votação regressou à sala reassumindo a presidência. -----

### **C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL**

#### **= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - MÊS DE MAIO DE 2019 - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Ação Social, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

*"De acordo com o estabelecido na Alteração ao Regulamento para Atribuição de Subsídio ao Arrendamento (designadamente o n.º 6 do artigo 3.º), atualmente em vigor, procedeu este serviço à avaliação socioeconómica semestral dos agregados familiares beneficiários do Subsídio de Arrendamento, constantes do mapa em anexo, pelo que passa a informar: -----*

1. *Reajuste do valor a atribuir aos beneficiários face à documentação entregue no âmbito da avaliação semestral. -----*

- *Não se verifica situações de reajuste do valor do subsídio a atribuir aos beneficiários. -----*

2. *No que se refere aos processos de atribuição de subsídio de arrendamento n.º 14/2018 da beneficiária Hélène Zara, cumpre referir: -----*

- *Ocorreu a alteração do valor mensal da renda de 505,60€ para 511,41€ continuando o valor atual da renda dentro do limite estabelecido no RASA-Regulamento para a Atribuição de Subsídio de Arrendamento. Relativamente à beneficiária dado que não se encontra incapacitada para o trabalho e que já havia referido que realiza biscates, em conformidade com o estabelecido no n.º 3, do artigo 9.º do regulamento, foi acrescido ao baixo rendimento declarado uma RMMG-Retribuição Mínima Mensal Garantida atualmente de 600,00€ para efeito de determinação do -----*

valor do subsídio mensal de arrendamento mantendo-se este valor nos 200,00€ mensais. Verificando-se que a beneficiária procedeu à apresentação da documentação em falta, no mapa anexo consta o valor de subsídio a atribuir/pagar referente aos meses de abril e maio de 2019. -----

3. Relativamente ao processo de atribuição de subsídio de arrendamento n.º 16/2018 da beneficiária Vera Lúcia Vilaça Tondela, cumpre referir: -----

- A beneficiária apresentou a documentação em falta razão pela qual consta no mapa anexo o valor de subsídio a atribuir/pagar referente aos meses de abril e maio de 2019. -----

4. No que se refere ao processo de atribuição de subsídio de arrendamento n.º 44/2018 do beneficiário Adulai Seidi, cumpre referir: -----

- O beneficiário apresentou a documentação em falta razão pela qual consta no mapa anexo o valor de subsídio a atribuir/pagar referente aos meses de abril e maio de 2019. -----

5. Beneficiários cujo período de atribuição do subsídio de arrendamento (3 anos) termina no final de maio de 2019: -----

- Beneficiária com o processo n.º 54/2016 - Carla de Jesus Pereira Martins; -----
- Beneficiário com o processo n.º 57/2016 - Jesuíno António Gouveia Nunes; -----
- Beneficiária com o processo n.º 61/2016 - Custódia Silvéria Arez dos Santos. -----

6. Montante da verba para efeitos de pagamento do subsídio. -----

- Conclui-se que o total da verba necessária é de 20 778,76€ (vinte mil setecentos e setenta e oito euros e setenta e seis cêntimos). -----

Em face do exposto, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere: -----

a) Aprovar os valores de subsídio de arrendamento, referente ao mês de maio de 2019, a atribuir aos beneficiários constantes no quadro anexo e autorizar o pagamento dos mesmos; -----

b) Face ao mencionado no ponto n.º 2 da presente, relativamente à beneficiária Hélène Zara tomar conhecimento da alteração do valor mensal da renda para 511,41€ mensais e considerar uma RMMG-Retribuição Mínima Mensal Garantida para efeito de determinação do valor mensal do subsídio de arrendamento no valor de 200,00€ mensais; -----

c) Dado o referido no ponto n.º 5 da presente, transmitir aos beneficiários naquele mencionado o término da atribuição do subsídio de arrendamento e a possibilidade de efetuarem uma 2.ª candidatura caso o seu agregado familiar encontre-se em situação de extrema gravidade socioeconómica (situação prevista na alínea b), do n.º



1, do Artigo 3.º da Alteração ao Regulamento para a Atribuição de Subsídio de Arrendamento).”-----

Esta informação fazia-se acompanhar do mapa nela referido, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação dos serviços, mandar proceder nos estritos termos do nela sugerido. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - ATRIBUIÇÃO - ELVIRA CARREIRA PEREIRA DA COSTA - INFORMAÇÃO =**

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - ATRIBUIÇÃO - MARIA ESTRELA MARTINS CARDOSO - INFORMAÇÃO =**

Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - INDEFERIMENTO - ALCINO AGOSTINHO NASCIMENTO PESTANA - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto, e com origem na Divisão de Ação Social, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

*"Em reunião realizada no dia 19-02-2019, a digníssima Câmara Municipal deliberou manifestar a Alcino Agostinho Nascimento Pestana a intenção de indeferir a candidatura ao subsídio de arrendamento. -----*

*Verifica-se que decorreu o prazo concedido no nosso ofício Refª: S-CMA/2019/2836 e que o município não se pronunciou. -----*

*Face ao exposto, sugere-se, que a digníssima Câmara Municipal, delibere indeferir a candidatura ao subsídio de arrendamento de Alcino Agostinho Nascimento Pestana." -----*

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, mandar proceder nos precisos termos sugeridos. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - CESSAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À BENEFICIÁRIA SIMONE TORBES MUNHOZ ESPÍRITO SANTO - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto, e com origem na Divisão de Ação Social, foi apresentada uma informação do seguinte teor: -----

*"Em reunião realizada no dia 6 de março de 2019, a digníssima Câmara Municipal deliberou manifestar à beneficiária Simone Torbes Munhoz Espirito Santo, a intenção de cessar a atribuição do subsídio de arrendamento. -----*

*Verifica-se que decorreu o prazo concedido através do nosso ofício Refª: S-*

CMA/2019/3769 e que a munícipe não se pronunciou sobre o assunto.-----  
Face ao exposto, sugere-se, que a digníssima Câmara Municipal, delibere cessar a atribuição do subsídio de arrendamento à beneficiária Simone Torbes Munhoz Espírito Santo, nos termos da intenção já manifestada ou seja com efeito desde o final de novembro de 2018."-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, mandar proceder nos precisos termos sugeridos.-----

**= ACOMPANHAMENTO DE MUNÍCIPES - PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vice-presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:

"Considerando:-----

- Que a Divisão de Ação Social, DAS, atende e acompanha várias situações de exclusão social, indivíduos e famílias com fragilidade socioeconómica;-----
- A escassez de instituições/entidades, no nosso concelho, que possam dar resposta a algumas situações de saúde, exclusão social e outras problemáticas sociais;-----
- Que é necessário acompanhar diretamente alguns munícipes a Instituições/Entidades dentro e fora do concelho, de modo a promover a melhoria da sua qualidade de vida, a fim de que o munícipe atinja plenamente a sua integração social e profissional;-----
- Que a maioria dos munícipes que se encontram a ser acompanhados pelos serviços da DAS, não possuem uma situação económica que lhes permita, pelos seus próprios meios, a deslocação às Instituições/Entidades que se encontram dentro e fora do Concelho;-----
- Que nem sempre existem alternativas para a deslocação dos munícipes;-----
- A alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;---
- Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal;-----

----- Proponho:-----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aceitar que, sempre que os serviços da DAS verificarem existir uma situação que abarque os pontos acima mencionados, possam os mesmos realizar acompanhamento do munícipe à Instituição/Entidade competente dentro e fora do concelho, em viatura da autarquia, mediante autorização prévia do Vereador do Pelouro."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta.-----

**= PROJETO "SONHOS DE VERÃO" 2019 - VALORES A PAGAR - PROPOSTA =**



Subscrita pelo senhor presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----  
"O Projeto "Sonhos de Verão" desenvolvido pela Divisão de Educação pretende dar resposta às crianças que frequentam o pré-escolar do concelho de Albufeira, durante o mês de agosto, e tem como objetivo enriquecer o período de férias através da realização de atividades lúdico-pedagógicas. -----

O Projeto irá decorrer entre 5 a 30 de agosto de 2019, é composto por 2 quinzenas e a validação da inscrição está sujeita ao pagamento de um valor por quinzena. -----

Considerando que: -----

1. Que a alínea u) do n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, possibilita às Câmaras Municipais apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;-----
2. Que de acordo com a alínea c) do artigo 9.º do Regulamento do Projeto "Sonhos de Verão" publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 247 de 23 de dezembro de 2014, é necessário efetuar o pagamento de um valor a definir anualmente para validar as inscrições;-----
3. que a situação se enquadra nesta previsão legal;-----

Proponho que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar os valores para pagamento e validação das inscrições, referentes ao ano de 2019, nos seguintes termos:-----

Por cada quinzena efetuar o pagamento:-----

Valor normal 75€, alunos com escalão A 20€ e alunos com escalão B 37,50€."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

### **D - DIVISÃO JURÍDICA E CONTENCIOSO**

#### **= PROCESSOS EXISTENTES NOS TRIBUNAIS - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão Jurídica e de Contencioso, foram apresentados o Relatório de Processos de Contraordenação e Relatório de Processos Judiciais, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se as referências existentes no SGD se podem considerar o relatório que solicitou sobre as alterações à lista dos processos em tribunal. -----

O senhor presidente disse que solicitou o relatório à Divisão Jurídica e de Contencioso e que a resposta que obteve foi: "Remeto sobre informação do doutor Paulo Martins com quem partilho as dúvidas aí subscritas. Mais solicito ser

esclarecida quando à aplicabilidade de tal alteração, se só ao mapa habitualmente elaborado pelo doutor Paulo Martins." Leu seguidamente a informação do senhor doutor Paulo Martins, documento do seguinte teor: "Receio não entender a decisão tomada na reunião de câmara, cada informação contém o estado individual de cada processo nela listado e substitui naturalmente a informação do mês anterior, atualizando-a. Aquilo que parece e que seguramente não será o caso é que para além da indicação do estado em que se encontra cada processo, se acrescente que iguala o alterado face à informação anterior. Não bastará comparar com esta? Ou, na inversa, só se pretende saber o que há de novo, listando apenas os processos que tenham registado mudança de estado desde o mês anterior e desprezando a inclusão dos demais? -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que se pretende exatamente saber o que há de novo e o que é que foi alterado. -----

O senhor presidente disse que a partir desta data a informação conterá também o que houver de novo entretanto e os processos que tenham alterado de estado. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que assim é mais fácil para os membros da câmara municipal comparar as listagens. Afirmou depois que a atual listagem contém a referência ao processo dois mil e noventa e oito, em que o município consta como executado e aguarda liquidação, estando relacionado com uma indemnização por danos num logradouro, relativamente a dois mil e doze, sendo o processo do Condomínio Lote Vinte e Nove dos Aveiros, pelo que perguntou se se sabe se o município vai ter que pagar alguma coisa. -----

O senhor presidente disse que teria que ver esta situação. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que a listagem contém os outros processos que o senhor presidente já tinha mencionado, nomeadamente o da Ecoambiente e o da FCC. Afirmou depois que da lista constam ainda duas intimações: uma referente a João Lopes e Outra, relativamente a informação à prática de ato de decisão e outra referente a António Nunes, prestação de informação. Disse seguidamente que a primeira intimação tem o número de processo sessenta e quatro de dois mil e dezasseis, sendo este um processo novo na listagem, pelo que perguntou de que se trataria. -----

O senhor presidente disse tratar-se de um processo de reposição da legalidade, devendo tratar-se de uma obra ilegal. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**= PROCESSO 846/09.4BELLE-A - SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO**





### **- INFORMAÇÃO =**

Relacionadas com este assunto e com origem na Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais e na Divisão de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa, foram apresentadas informações, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

O senhor presidente disse que ainda não tem o parecer jurídico sobre a questão da competência para ordenar a demolição. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente perguntou se existia alguma novidade neste processo relativamente à última reunião da câmara municipal. -----

O senhor presidente disse que se está a desenvolver a cabimentação e o restante processo, estando o senhor engenheiro Valdemar Cabrita a tratar do assunto. Afirmou depois que será remetida nova informação sobre este processo para a próxima reunião da câmara municipal. -----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que se a cabimentação for feita com base na decisão de um órgão que não é competente nesta matéria poderá criar problemas sérios. Afirmou depois que as demolições são uma competência própria do senhor presidente, não podendo a câmara municipal imputar despesa para fazer exatamente isso. Defendeu seguidamente que seria bom acelerar a realização do parecer, pois esta questão pode provocar problemas no futuro. Afirmou depois que esta situação não envolve o senhor presidente, uma vez que esta competência foi delegada na senhora vice-presidente em março último, pelo que esta situação afeta mais a senhora vice-presidente, dado que deveria emitir o despacho. Perguntou depois se a minuta da sua deliberação neste assunto vai ser alterada, uma vez que gostaria de ver a sua deliberação alterada, bem como a respetiva ata da reunião da câmara municipal, dado que ainda não foi aprovada. Disse ainda que quanto mais analisa este assunto menos compreende a posição do senhor doutor Paulo Martins em todo este processo, dado que poderá ter que ser feita uma demolição, o que irá imputar despesa, quer para a demolição, quer para a indemnização que o município vai ter que pagar ao município, e no entanto o município não recorre desta decisão, quando ainda o pode fazer, o que é de estranhar, uma vez que o bem público tem que ser protegido. Afirmou seguidamente que um simples despacho poderia resolver a situação, deixando assim de estar esta câmara municipal em incumprimento, uma vez que continua a achar que a câmara municipal não estava habilitada para tomar essa decisão. Reiterou

depois que gostaria que a ata fosse alterada no que diz respeito ao seu sentido de voto. -----

O senhor vereador Ricardo Clemente disse que seria importante ouvir a opinião da senhora vice-presidente face a tudo isto, uma vez que se tratará de uma competência sua. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**E - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVICOS URBANOS  
= CAMINHOS - DESVIO DE UM CAMINHO PÚBLICO SITUADO NA ILHA DA  
MADEIRA - FREGUESIA DA GUIA - BERNARDO ANDRÉ VIEIRA SIMÕES  
BÁRBARA - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente foi apresentada uma proposta do seguinte teor:-----

*"O requerente solicitou no dia 11/03/2015, através da distribuição em assunto o desvio de um caminho, na Ilha da Madeira, freguesia da Guia, assinalado por si em planta. -----*

*Considerando que:-----*

*1) O caminho assinalado pelo requerente não possui topónimo;-----*

*2) Este caminho foi declarado público, na sequência da deliberação de câmara de 29/05/2018;-----*

*3) Não se vê inconveniente no desvio do caminho em causa solicitado e assinalado no esquema em anexo, desde que seja dado cumprimento ao seguinte:-----*

*– O traçado longitudinal proposto seja retificado pontualmente na zona das curvas, com vista a melhorar as condições de fluidez e de segurança, conforme o disposto no artigo 32.º do Regulamento Municipal de Intervenção na Via Pública;-----*

*– A nova faixa de rodagem possua uma largura mínima de 4 metros, à semelhança do acesso existente; -----*

*– Verificando-se a alteração da localização do atual caminho existente e respetivos alargamentos, considera-se que qualquer processo de expropriação deverá ser da responsabilidade do requerente, sendo que, toda a área do novo caminho a realizar, deverá ser considerada como zona de cedência ao Município de Albufeira;-----*

*– No âmbito da alteração do atual caminho existente, seja salvaguardado o acesso às parcelas adjacentes, à semelhança do antigo traçado, de modo a que nenhum terreno fique sem acesso ou "encravado"; -----*

*– Todas as despesas inerentes à construção do novo caminho sejam da responsabilidade do requerente, devendo o mesmo manter as características do atual caminho existente.-----*

*Assim: -----*



Proponho que a digníssima Câmara Municipal de Albufeira delibere o seguinte: -----

- aprovar o desvio do caminho público em causa nos termos acima descritos; -----

- remeter este assunto à Exma Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção."-----

O senhor vereador Victor Ferraz disse que a informação refere: "Verificando-se a alteração da localização do atual caminho existente, considera-se que qualquer processo de expropriação deverá ser da responsabilidade do requerente."

Perguntou seguidamente se o requerente pode fazer o processo de expropriação.-----

O senhor presidente disse que o termo expropriação é aqui utilizado para significar a possibilidade de utilizar o espaço em causa, ou seja, uma franja de terreno por onde o caminho vai passar.-----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se o termo expropriação foi utilizado de forma apropriada. Perguntou depois se as expropriações não são competência do município.-----

O senhor presidente explicou que o requerente vai ter que adquirir os terrenos às pessoas, sendo esse o sentido de expropriação que foi utilizado na informação.-----

O senhor vereador Victor Ferraz perguntou se se deve então manter a expressão "expropriação". -----

O senhor presidente disse que a expressão não devia ter sido utilizada, mas o que se entende é que o requerente vai ficar sem aquele bocado de terreno. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**F - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**  
**= PLANOS - PLANO DE PORMENOR DO ROJA PÉ-SUL - PRORROGAÇÃO DO**  
**PRAZO DE ELABORAÇÃO - INFORMAÇÃO =**

Este assunto encontrava-se instruído com as seguintes duas informações com origem na Divisão de Planeamento e Reabilitação Urbana.-----

- A primeira, do seguinte teor: -----

"1. Informação: -----

O procedimento de elaboração do Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul foi determinado por Deliberação de câmara de 02 de maio de 2018, com um prazo de elaboração de 12 meses. Nestes moldes o prazo previsto termina a 02 de maio de 2019.-----

Os n.ºs 6 e 7 do artigo 76.º do RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de maio) determinam que: -----

"6 - O prazo de elaboração dos planos municipais pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido.-----

7 - O não cumprimento dos prazos estabelecidos determina a caducidade do procedimento."-----

Decorre dos prazos referidos e da norma supracitada que o procedimento de elaboração do PP do Roja-Pé Sul se encontra próximo do final do prazo estabelecido para a sua elaboração. Importa assim, partindo do pressuposto de que se mantém pertinente a sua elaboração, promover as diligências necessárias para que a sua elaboração seja desenvolvida.-----

## 2. CONCLUSÃO:-----

Face ao exposto poderá a digníssima Câmara Municipal, caso assim o entenda, deliberar:

1. Prorrogar o prazo de elaboração do PP do Roja-Pé Sul por um período de 12 meses, contabilizados a partir do final do prazo previamente estabelecido, nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT;-----
2. Determinar a publicação no Diário da República, divulgação na comunicação social, na internet e no boletim municipal do Aviso que divulgue o teor da presente deliberação, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º e da alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do RJIGT;-----
3. Dar conhecimento à CCDR-Algarve do teor do deliberado."-----

- A segunda, do teor seguinte:-----

"O n.º 7 do artigo 89.º do RJIGT (DL 80/2015) dispõe que: "7 - São obrigatoriamente públicas, todas as reuniões da câmara municipal e da assembleia municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer plano municipal." Atendendo a que está em causa a prorrogação da elaboração de um plano de pormenor e que o assunto foi deliberado em reunião ordinária não pública sugere-se o reagendamento para reunião pública."-----

Esta informação fazia-se acompanhar da minuta de Aviso, documento do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

**Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o número sete do artigo octogésimo nono do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial revogar a deliberação de câmara tomada na reunião de câmara de trinta de abril de dois mil e dezanove.-----**

**Assim, delibera-se, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações e nos termos das mesmas:-----**

- a) prorrogar o prazo de elaboração do Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul por um período de doze meses, contabilizados a partir do final do prazo previamente estabelecido, nos termos do previsto no número seis do artigo septuagésimo sexto**



- do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----
- b) mandar publicar no Diário da República e divulgar na comunicação social, na página da internet e no boletim municipal o Aviso que divulgue o teor da presente deliberação, nos termos do número um do artigo septuagésimo sexto e da alínea a) do número quatro do artigo centésimo nonagésimo primeiro do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial; -----
- c) dar conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve do teor da presente deliberação. -----

**= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =**

Dos pareceres, autos e informações referidas nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que foram rubricadas pelos Senhores Membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião. -----

As descrições dos pedidos que se seguem, relacionadas com este tema, foram elaboradas sob a responsabilidade do mesmo departamento. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 12284 de 20-03-2019 -----

Processo n.º: **06/2019/12284** -----

Requerente: **Daniel Correia Neves** -----

Local da Obra: Matos de Cima, freguesia de Paderne -----

Assunto: Pedido de parecer favorável da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 1 e 2 do art.º 54.º da Lei 91/95 de 02 de setembro, na redacção em vigor, para efeitos de constituição de compropriedade -----

**Foi, por unanimidade, deliberado mandar certificar que a Câmara não vê inconveniente na aquisição do prédio em causa em regime de compropriedade, nos termos do parecer do Consultor Jurídico Municipal de vinte e três de abril de dois mil e dezanove e da Chefe de Divisão de Procedimentos Urbanísticos e de Apoio ao Investidor de vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 4353 de 30-01-2019 -----

Processo n.º: **06/2019/4353** -----

Requerente: **Nádia Alexandra Coelho Figueiredo** -----

Local da Obra: Roupeira, Vale de Carro, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Pedido de parecer favorável da Câmara Municipal ao abrigo do n.º 1 e 2 do art.º 54.º da Lei 91/95 de 02 de setembro, na redacção em vigor, para efeitos de constituição de compropriedade -----

**Foi, por unanimidade, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação do Consultor Jurídico Municipal de dezasseis de abril de dois mil e dezanove, concedendo o prazo de vinte dias para resposta.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 44947 de 25-09-2018 -----

Processo n.º: **422/2006** -----

Requerente: **Vieira & Piçarra - Sociedade de Construção Civil, Lda** -----

Local da Obra: Sesmarias, Lote n.º 6, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Pedido de licença especial de obras inacabadas -----

**Foi, por unanimidade, deliberado deferir o pedido.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 40841 de 27-08-2018; 43024 de 11-09-2018; 59378 de 21-12-2018 e 59376 de 21-12-2018 -----

Processo n.º: **11T/1994** -----

Requerente: **Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, S.A.** -----

Local da Obra: Arrancada, freguesia da Guia -----

Assunto: Licença - Alteração e requalificação do Estádio das Focas -----

Apreciação do projeto de arquitetura/licenciamento -----

**Foi, por unanimidade, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e quatro de abril de dois mil e dezanove.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 48256II de 03-11-2017; 48256 de 03-11-2017; 10275 de 06-03-2018; 21746 de 07-05-2018 e 43023 de 11-09-2018 -----

Processo n.º: **06/2017/48256** -----

Requerente: **Albino de Jesus Gonçalves** -----

Local da Obra: Vale de Parra, freguesia da Guia -----

Assunto: Certidão - Destaque de uma parcela -----

Prazo Ultrapassado -----

**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 36407 de 24-07-2018 -----

Processo n.º: **06/2018/36407** -----

Requerente: **Élia Cristina Evangelina da Costa e Outra** -----

Local da Obra: Lagoas, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Certidão - Destaque de uma parcela -----

Prazo Ultrapassado -----

**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 2447II de 18-01-2017 e 2447 de 18-01-2017 -----



- Processo n.º: **2/2011** -----  
Requerente: **Cabana Fresca - Exploração Turística e Hoteleira, Lda**-----  
Local da Obra: Rua Joaquim Pedro Samora n.º 15, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----  
Assunto: Licença - Alteração de edificação-----  
Apreciação do projeto de arquitetura-----  
Prazo Ultrapassado -----  
**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----  
♦ Requerimento (s) n.º (s): 47181A de 26-10-2018 e 47181 de 26-10-2017 -----  
Processo n.º: **138/1964** -----  
Requerente: **Ineves - Imobiliária, Lda**-----  
Local da Obra: Cerro de Água, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----  
Assunto: Licença - Alteração de moradia unifamiliar para uma moradia bifamiliar - Legalização-----  
Apreciação do projeto de arquitetura-----  
Prazo Ultrapassado -----  
**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----  
♦ Requerimento (s) n.º (s): 48388 de 17-10-2018 -----  
Processo n.º: **353/1986** -----  
Requerente: **Mário Maia de Assunção** -----  
Local da Obra: Ataboeira, freguesia da Guia -----  
Assunto: Pedido de prorrogação de prazo para entrega de elementos por mais 60 dias ---  
Prazo Ultrapassado -----  
**Este assunto não foi apreciado, tendo sido consensualmente retirado.** -----  
♦ Requerimento (s) n.º (s): 17622 de 22-04-2019-----  
Processo n.º: **453/1977** -----  
Requerente: **Júpiter Albufeira - Indústria Hoteleira, S.A.**-----  
Local da Obra: Rua Alexandre O'Neil, Montechoro, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----  
Assunto: Apreciação do pedido de autorização para a manutenção das cores/acabamentos exteriores previstos no projeto de arquitetura do edifício -----  
**Foi, por unanimidade, deliberado deferir o pedido, nos termos do parecer técnico de dois de maio de dois mil e dezanove.**-----  
♦ Requerimento (s) n.º (s): 4134 de 29-01-2019; 8576 de 25-02-2019 e 16703 de 15/04/2019 -----

Processo n.º: 14/2011 -----

Requerente: Funditur - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado -----

Local da Obra: Rocha Baixinha - Várzeas de Quarteira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Construção de apoio de praia completo com equipamento associado---  
Apreciação do licenciamento -----

**Foi, por unanimidade, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta a informação dos serviços do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística datado de trinta de abril de dois mil e dezanove. -----**

**= APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA =**

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o senhor presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da ata em minuta. -----

**Tendo sido deliberado, por unanimidade, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade. -----**

**= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =**

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

**= ENCERRAMENTO =**

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas onze horas e quarenta minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha, diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, que secretariei. -----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_